

## **22. RATIFICAÇÃO DOS PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DA CRIAÇÃO DOS CENTROS TECNOLÓGICOS ESPECIALIZADOS EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PÚBLICOS.**

Da **DE-UNIDADE DA QUALIFICAÇÃO E ENSINO PROFISSIONAL** submetendo para **ratificação** do Executivo Municipal, os seguintes protocolos de cooperação celebrados no âmbito da criação dos Centros Tecnológicos Especializados, tudo de acordo com o disposto nos artigos 35º, nº3, 33º, nº1, alínea u) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

- a) Agrupamento de Escolas de Alberto Sampaio e Município de Braga;**
- b) Agrupamento de Escolas de Carlos Amarante e Município de Braga;**
- c) Agrupamento de Escolas Sá de Miranda e Município de Braga.**

Os referidos protocolos dão-se como reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados na pasta dos protocolos.

**Nº Informação:** 85988

**Data:** 02/12/2022

**Assunto:** Protocolos de Cooperação no âmbito da criação dos Centros Tecnológicos Especializados - Proposta de ratificação

No âmbito da candidatura aos Centros Tecnológicos Especializados, que visa a modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional, conforme o aviso de abertura nº 01/C06-i01.01/2022, pretende-se, concretamente, proceder à instalação e modernização de 365 Centros Tecnológicos Especializados em estabelecimentos de ensino públicos com oferta de cursos profissionais e em escolas profissionais, públicas ou privadas, dos quais 115 centros industriais, 30 centros de energias renováveis, 195 centros de informática e 25 centros digitais e multimédia. Os Centros Tecnológicos Especializados serão geridos por diretores da rede de escolas públicas ou por entidades privadas. Este investimento envolve a modernização e reabilitação das instalações e infraestruturas existentes e a aquisição de recursos educativos tecnológicos (equipamento).

Enquanto entidades candidatas a este projeto, os Agrupamentos de Escolas Alberto Sampaio, Carlos Amarante e Sá de Miranda, solicitaram à Câmara Municipal de Braga a assinatura de um protocolo de cooperação, no sentido de robustecer as respetivas candidaturas.

Deste modo, proponho que se submeta a presente decisão a ratificação pelo executivo municipal, uma vez que se trata da prática de atos da sua competência, tudo de acordo com o disposto nos artigos 35.º, n.º 3, 33.º, n.º 1, alínea u), do Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

## PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

### CONSIDERANDO:

1. Que o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, tem na modernização do ensino e formação profissional, uma prioridade nacional importando que tudo se faça no sentido de lhe conferir credibilidade e qualidade;
2. Que o PRR prevê um investimento de larga escala com vista à capacitação das gerações jovens face às exigências atuais da prática profissional decorrentes da transição digital e energética da economia;
3. A relevância do desenvolvimento das competências nas áreas de renovação industrial e da inovação, as quais deverão ser promovidas em articulação com os diferentes atores, nomeadamente, entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, agentes económicos e empresariais das regiões, bem como órgãos da administração regional e local.
4. Que o Agrupamento de Escolas de Alberto Sampaio, no âmbito da sua oferta formativa, tem em oferecido e sido pioneiro, desde à longa data, de uma vasta gama de cursos profissionais - e outros - nas diversas áreas da informática e da contabilidade e gestão;
5. Que é manifesta intenção dotar a Escola Secundária de Alberto Sampaio de um Centro na Área de Especialização Tecnológica Informática, dividido nas Unidade de Programação e Sistemas, Unidade de Redes, Unidade de Hardware, Laboratório de Simulação Empresarial e Unidade de Tecnologias Emergentes, que procurem responder ao processo acelerado de transformação e de inovação tecnológica em equipamentos, produtos e serviços nas áreas supracitadas, com a perspetiva de uma boa preparação dos alunos, quer para o mercado de trabalho, quer para ao prosseguimento qualificado de estudos, com a abertura do Centro às empresas e entidades do município e região, onde o setor selecionado se assume como um *cluster* relevante;



O presente protocolo foi feito em dois exemplares, que vão assinados pelos representantes das partes, valendo ambos como originais, e destinando-se um exemplar a cada uma delas.

Braga, 22 de agosto de 2022



## PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

### CONSIDERANDO:

1. Que o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, tem na modernização do ensino e formação profissional, uma prioridade nacional importando que tudo se faça no sentido de lhe conferir credibilidade e qualidade;
2. Que o PRR prevê um investimento de larga escala com vista à capacitação das gerações jovens face às exigências atuais da prática profissional decorrentes da transição digital e energética da economia;
3. A relevância do desenvolvimento das competências nas áreas de renovação industrial e da inovação, as quais deverão ser promovidas em articulação com os diferentes atores, nomeadamente, entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, agentes económicos e empresariais das regiões, bem como órgãos da administração regional e local;
4. Que o Agrupamento de Escolas Carlos Amarante tem oferecido uma diversificada oferta educativa e formativa para jovens e adultos, tendo inclusive sido pioneira (desde o ano letivo 2004/2005), na oferta de uma vasta gama de cursos profissionais em diversas áreas de educação e formação, como: a área de Metalurgia e Metalomecânica, a de Eletrónica e Automação, a de Eletricidade e Energia e a de Ciências Informáticas. Refira-se ainda a área de Desporto como emergente nos últimos anos e a perda de influência da área de Construção Civil, uma área de formação de grande vigor nas últimas décadas e também a área de Design;
5. Que é manifesta intenção dotar a Escola Secundária Carlos Amarante de um Centro na Área de Especialização Tecnológica Industrial, dividido na Unidade de Metalurgia e Metalomecânica constituída pelas secções de Maquinação e Programação CNC,

Planeamento e Fabricação Industrial e Metrologia Dimensional e Fabrico Aditivo e a Unidade de Eletrónica e Automação constituída pelas secções de Eletrotecnia e Instalações Elétricas e de Tecnologias de Automação e Robótica, que procuram responder ao processo acelerado de transformação e de inovação tecnológica em equipamentos, produtos e serviços nas áreas supracitadas, com a perspectiva de uma boa preparação dos alunos, quer para o mercado de trabalho, quer para ao prosseguimento de estudos, com a abertura do Centro Tecnológico Especializado às empresas e entidades do município e região, no âmbito dos setores selecionados se assumem como vários *clusters* relevantes e pilares do desenvolvimento da indústria na nossa região e no país em geral;

6. Por fim, que, com vista à concretização das medidas constantes do Eixo 6 do PRR e particularmente as referentes à implementação dos CTE – Centros Tecnológicos Especializados, importa assegurar:
  - a) Uma articulação estreita entre o mundo empresarial e as Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e as escolas profissionais potenciando a capacitação, a partilha de conhecimento e a procura de soluções para problemas concretos consequentes com as necessidades das empresas e outras organizações;
  - b) A criação de processos de aproximação e articulação entre as Instituições de modo a estimular e criar processos de inovação escaláveis e ecossistemas de aprendizagem ancorados na digitalização, na sustentabilidade, na modernização, na humanização e na integralidade.
7. Que nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual consagra o Regime Jurídico das Autarquias Locais, o Município dispõe de atribuições no domínio da "educação, ensino e formação profissional",

ASSIM ENTRE:

O **AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CARLOS AMARANTE**, com sede na Rua da Restauração, 4710-428 Braga, representada por Hortense Lopes dos Santos, que outorga na qualidade de Diretora, adiante designado como **PRIMEIRO OUTORGANTE**

E

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, NIPC 506 901 173, com sede na Praça do Município, 4700-435, Braga, neste ato representado pelo seu Presidente da Câmara Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, adiante designado como **SEGUNDO OUTORGANTE**,

É celebrado o presente protocolo de cooperação, atentas as vantagens recíprocas da sua implementação, o qual se regerá pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula Primeira**

##### **Objetivos Gerais**

O presente protocolo tem como finalidade promover a cooperação em matérias de interesse comum para os outorgantes, contribuir para o desenvolvimento da região, nomeadamente através da modernização do ensino e formação profissional de jovens e adultos, na qualificação de recursos humanos, bem como potenciar a cooperação, o diálogo e a troca de experiências com os atores do mundo empresarial e demais atores/parceiros com vista à melhoria do seu desempenho.

#### **Cláusula segunda**

##### **Objetivos Específicos**

São objetivos específicos das partes, no âmbito do presente protocolo:

1. Acompanhar o Centro Tecnológico Especializado (CTE) na área Industrial (Indústria 4.0 e modernização sectorial), destinado a constituir-se como referência na definição da oferta educativa e formativa de cursos de dupla certificação promovidos pelo Agrupamento de Escolas Carlos Amarante, nomeadamente os cursos profissionais no âmbito do código AEF 521 – Metalurgia e



partes, com uma antecedência mínima de 60 dias úteis, sob a data em que se produzam os efeitos da mesma.

2. Qualquer adenda deverá ser ratificada pelo responsável máximo de cada instituição.
3. O presente Protocolo pode ainda ser revogado, a todo o tempo, por acordo entre as partes, sempre sem prejuízo das iniciativas conjuntas ou de qualquer compromisso individual em curso à data da sua cessação, que deste modo devem sempre concluir-se.

### **Cláusula Sétima**

#### **Revisão**

1. A revisão do presente Protocolo pode realizar-se, a todo o tempo, por iniciativa de qualquer uma das partes que o outorgam, e mediante o mútuo acordo de ambas.
2. Também em caso de modificação ou extinção do presente Protocolo, as partes comprometem-se a garantir o cumprimento das atividades já programadas ou em execução até ao termo das mesmas.

### **Cláusula Oitava**

#### **Princípios**

Ambos os outorgantes aceitam o presente Protocolo de cooperação nos precisos termos nele exarados, obrigando-se a cumpri-lo de forma a não causar prejuízos a nenhuma delas, e segundo os princípios da legalidade, responsabilidade, lealdade, boa-fé e confiança recíprocas.

O presente protocolo foi feito em dois exemplares, que vão assinados pelos representantes das partes, valendo ambos como originais, e destinando-se um exemplar a cada uma delas.

Braga, 23 de agosto de 2022



## Protocolo de colaboração entre

### Agrupamento de Escolas Sá de Miranda e a Câmara Municipal de Braga

#### Considerando:

- 1) Que a Escola Secundária Sá de Miranda, que integra o Agrupamento de Escolas Sá de Miranda signatário deste protocolo, é uma instituição de ensino globalmente orientada para a prossecução dos objetivos do ensino básico e profissional na região em que se encontra inserida, visando a prossecução das políticas educacionais e de otimização de recursos;
- 2) Que nos termos do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, o Diretor da Escola, no âmbito das suas atribuições e visando uma mais adequada prossecução dos objetivos para a participação da escola em atividades pedagógicas, científicas, culturais e desportivas, pode, ouvido o Conselho Pedagógico, estabelecer protocolos e celebrar acordos de cooperação com Autarquias;
- 3) Que as políticas educativas nacionais reforçam a necessidade de combate as desigualdades reforçando incentivos a estudantes economicamente carenciados, deficiência, o alojamento e a diversificação em função dos diferentes perfis dos candidatos e trajetórias profissionais, reforçando a equidade e a justiça social e capacitando-os para os desafios da transição climática e digital;
- 4) Que no quadro do processo de apresentação de candidaturas à Componente 6 - Qualificações e Competências do Plano de Recuperação e Resiliência e do Investimento RE-C06-i01, está prevista a modernização da oferta dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional;
- 5) Que a instalação de 365 Centros Tecnológicos Especializados em estabelecimentos de ensino públicos com oferta de cursos profissionais permitirá reequipar e robustecer a infraestrutura tecnológica dos estabelecimentos de ensino/escolas com oferta de ensino profissional, através da instalação ou modernização de espaços e equipamentos, que possibilitarão a melhoria da capacidade técnica e pedagógica dos espaços educativos e formativos, robustecendo a qualidade da oferta formativa e a capacidade de melhores respostas educativas e formativas que se refletirão no perfil dos alunos que acedem ao ensino superior;
- 6) Que é fundamental reforçar a atratividade das formações de nível secundário de dupla certificação em domínios de especialização que requerem mão-de-obra muito qualificada e se inserem num processo de mutação tecnológica acelerada pelos desafios da transição climática e da transição digital;
- 7) A relevância do desenvolvimento das competências na área da inovação e do digital, que deverão ser promovidas em articulação com os diferentes atores nomeadamente, Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, agentes económicos e empresariais das regiões, bem como órgãos da administração regional e local;
- 8) Que é intenção do Agrupamento de Escolas Sá de Miranda apresentar uma candidatura para a criação de um Centro Tecnológico Especializado na área do digital na Escola Secundária Sá de Miranda, que funcione como um espaço de experimentação, simulação e desenvolvimento de atividades formativas em linha com a evolução do tecido produtivo local.
- 9) Que nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual consagra o Regime Jurídico das Autarquias Locais, o Município dispõe de atribuições no domínio da “educação, ensino e formação profissional”,

O **AGRUPAMENTO DE ESCOLA SÁ DE MIRANDA**, com sede na Rua Dr. Domingos Soares, São Vicente, Braga, pessoa coletiva número 600078248, representado pela sua Diretora, Margarida Antonieta da Rocha e Silva, adiante designado como **PRIMEIRO OUTORGANTE**

E

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, NIPC 506 901 173, com sede na Praça do Município, 4700-435, Braga, neste ato representado pelo seu Presidente da Câmara Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, adiante designado como **SEGUNDO OUTORGANTE**,

Celebram o presente protocolo de colaboração, no âmbito da candidatura a efetuar à implementação do Centro Tecnológico Especializado na área do digital a instalar na Escola Secundária Sá de Miranda, escola sede do Agrupamento de Escolas Sá de Miranda, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

O presente Protocolo tem por objetivo específico fixar um quadro de cooperação entre as partes, no âmbito da candidatura a efetuar à implementação do Centro Tecnológico Especializado (CTE) na área do digital, cursos de Técnico/a de Multimédia, Técnico/a de Informação e Animação Turística e outros a criar na área de educação e formação (AEF) dos Audiovisuais e Produção dos Media (código AEF 213), onde se inclui o Técnico/a de Audiovisuais, visando:

- 1) Aprofundar mecanismos de colaboração e a articulação no sentido de melhorar a qualidade e credibilizar a oferta formativa e as competências técnicas dos formandos que frequentam os cursos promovidos pelo primeiro outorgante;
- 2) Valorizar e modernizar a oferta formativa em linha com as evoluções do tecido produtivo do território educativo em que se inserem, através da criação de centros especializados em áreas tecnológicas com grande potencial na criação de valor acrescentado;
- 3) Investir no desenvolvimento de qualificações/competências para a inovação e transição digital e no respeito pelos princípios associados à transição verde;
- 4) Potenciar a capacitação, a partilha de conhecimento e a procura de soluções para problemas concretos consequentes com as necessidades das empresas e outras organizações, através do diálogo e da troca de experiências.

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Compromissos**

- 1) No âmbito do presente Protocolo os dois outorgantes comprometem-se a:
  - a. desenvolver atividades conjuntas que contribuam para a divulgação dos processos e atividades formativas desenvolvidas nos cursos profissionais das áreas de formação do CTE digital da Escola Sá de Miranda;



- b. colaborar na valorização do ensino profissional, através da promoção de profissões com défices de qualificação e da aprendizagem de competências que sejam percecionadas, pelo mercado, como muito relevantes;
  - c. promover estratégias de trabalho colaborativo para a resiliência e transição climática e digital através do desenvolvimento de projetos comuns em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Plano de Ação para a Transição Digital.
- 2) No trabalho que o CTE digital da Escola Sá de Miranda vai realizar, o PRIMEIRO OUTORGANTE compromete-se a:
- a. orientar os alunos que frequentam cursos integrados no CTE Digital da Escola Secundária Sá de Miranda, no sentido de produzirem conteúdos que contribuam para a promoção e preservação do património histórico-cultural do concelho de Braga;
  - b. possibilitar a realização na Escola Sá de Miranda de *masterclasses* dinamizadas por entidades do concelho de Braga, desde que não interfiram com o desenvolvimento das atividades letivas, com a utilização dos recursos educativos do CTE Digital;
  - c. envolver o Município de Braga no desenvolvimento e implementação de processo de avaliação dos cursos profissionais ministrados na Escola Sá de Miranda, no quadro do referencial EQAVET.
- 3) A Câmara Municipal de Braga compromete-se a:
- a. possibilitar aos alunos dos cursos associados ao CTE digital da Escola Sá de Miranda a apresentação de trabalhos no âmbito de iniciativas promovidas pelo Município de Braga;
  - b. apoiar, na concertação da rede de oferta formativa da CIM do Cávado, para que a Escola Sá de Miranda tenha maior dimensão de cursos na área de da área de educação e formação dos Audiovisuais e Produção dos Media (código de AEF 213), nomeadamente já para o próximo ano letivo a abertura do Curso de Técnico/a de Audiovisuais;
  - c. facilitar o desenvolvimento de ações de divulgação de atividades e produtos desenvolvidos no CTE digital da Escola Sá de Miranda, através da cooperação para a realização de atividades e divulgação de exposições de trabalhos realizados pelos alunos;
  - d. colaborar na orientação escolar e profissional dos alunos do Agrupamento de Escolas Sá de Miranda, promovendo Mostras de Educação, Formação e Emprego (ex. QUALIFICA-TE BRAGA);
  - e. colaborar em ações/iniciativas de sensibilização e de informação sobre a importância deste CTE para o tecido empresarial do Município;
  - f. garantir, sempre que possível, uma rede de transportes do Município que permita a frequência dos cursos da Escola Sá de Miranda por todos os estudantes do concelho e a mobilidade dos alunos para desenvolvimento de atividades e projetos;
  - g. colaborar, sempre que possível, na procura de fontes investimento que permitam o *upgrade* tecnológico do CTE;
  - h. diligenciar para que no processo de construção do Plano intermunicipal de mobilidade se tenha em conta a rede de oferta formativa e a área de expansão do CTE digital a criar, no respeito pela necessidade de se promover a utilização do transporte público e de se incrementar a mobilidade sustentável.



- 4) Os dois outorgantes comprometem-se, em articulação com a Comunidade Intermunicipal do Cávado, a colaborar no processo de harmonização e definição de uma rede de oferta formativa dos cursos profissionais assente no princípio da complementaridade, evitando-se situações de redundância, e em linha com a evolução do tecido económico e empresarial da região.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Vigência**

- 1) O presente Protocolo durará por um período de três anos a partir da data da sua assinatura, salvo denúncia por quaisquer das partes, sem prejuízo da salvaguarda de qualquer eventualidade de força maior ou circunstância que justifique, imponha ou aconselhe a alteração da data inicialmente definida, podendo ainda cessar por denúncia de qualquer das partes, com uma antecedência mínima de 60 dias úteis, sob a data em que se produzam os efeitos da mesma.
- 2) Qualquer adenda deverá ser ratificada pelo responsável máximo de cada instituição.
- 3) O presente Protocolo pode ainda ser revogado, a todo o tempo, por acordo entre as partes, sempre sem prejuízo das iniciativas conjuntas ou de qualquer compromisso individual em curso à data da sua cessação, que deste modo devem sempre concluir-se.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Revisão**

- 1) A revisão do presente Protocolo pode realizar-se, a todo o tempo, por iniciativa de qualquer uma das partes que o outorgam, e mediante o mútuo acordo de ambas.
- 2) Também em caso de modificação ou extinção do presente Protocolo, as partes comprometem-se a garantir o cumprimento das atividades já programadas ou em execução até ao termo das mesmas.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Sigilo e Proteção de Dados**

As Partes obrigam-se a cumprir o disposto na legislação de proteção de dados pessoais em vigor em cada momento, nomeadamente, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 ("RGPD").

### **Cláusula 7.ª**

#### **Ações de cooperação específica**

As partes estabelecem que cada projeto/ação específica que se vier a desenvolver, será definido e detalhado, no que respeita aos objetivos, respetivas condições e contrapartidas, mecanismos e prazos, através de documentos complementares.

O presente protocolo de colaboração é feito em duplicado, aos 23 de agosto de 2022, e vai ser assinado, em sinal de conformidade, pelos respetivos representantes legais dos signatários, ficando um exemplar na posse de cada uma das partes.